

Gestão e proteção do património megalítico: novas ideias

Fernando Carrera Ramírez

Universidade de Vigo

ABSTRACT

O documento faz uma breve análise dos processos de degradação do património megalítico no noroeste da Península Ibérica. A partir da constatação da persistência das alterações, são apresentadas propostas com diferentes objectivos. Por um lado, acções para uma melhor gestão do conjunto dos sítios; por outro lado, sugestões para a proteção de um sítio durante o processo de escavação, quer este seja ou não proposto para apresentação ao público.

Keywords: conservação, valor patrimonial, degradação, riscos.

1. Introducción

A oportunidade oferecida pelo *Seminário Internacional de Conservação e Reabilitação de Monumentos Megalíticos* permite-nos abordar um tema ao qual temos dedicado muitos esforços e que continua a preocupar-nos intensamente. E embora este artigo fale em geral do património megalítico, a maior parte da argumentação será baseada nas experiências acumuladas no estudo dos monumentos com pintura parietal. Trata-se de um caso interessante, porque enriquece o valor dos sítios, mas também complica a conservação, ou, se quisermos, expõe o sítio escavado a uma rápida deterioração.

Estamos plenamente convencidos de que todas as antas foram decoradas e que a atual ausência de pintura se explica pela sua extrema sensibilidade à deterioração. Parece, pois, possível associar uma série de soluções arquitectónicas únicas (mamoas, megálitos) a formas artísticas igualmente únicas: a pintura e a gravura megalíticas. Esta expressão cultural reveste-se de enorme interesse científico, fornecendo novas bases interpretativas para o conhecimento das sociedades neolíticas, quer através da interpretação direta da própria arte, quer através de outras inferências culturais que podem ser retiradas do estudo das técnicas artísticas.

Tudo isto não só enriquece o potencial científico do complexo megalítico, como também aumenta consideravelmente o seu valor patrimonial. De facto, outros valores que caracterizam o monumento (estéticos, simbólicos) são potenciados pela presença da arte parietal: veja-se, por exemplo, os casos da Anta de Antelas ou do Dólmen de Dombate. Em suma, trata-se de uma magnífica expressão artística pré-histórica, repleta de informação ainda por desvendar e com um potencial estético e simbólico por vezes notável.

No entanto, convém esclarecer que os argumentos que aqui serão apresentados pretendem abranger todo o património megalítico e não apenas os monumentos com pinturas ou gravuras. Exigimos a proteção e a preservação de todo o conjunto de sítios, desde os mais modestos aos mais monumentais exemplares ibéricos: todos eles são relevantes para a construção da história dos nossos antepassados. Além disso, a maior parte da argumentação poderia ser exportada para outros patrimónios culturais, mesmo não arqueológicos.

Assim, nos parágrafos que se seguem, faremos uma análise pessoal da degradação dos monumentos, para depois discutirmos algumas ideias sobre a proteção e a conservação deste magnífico património. E a resposta a este desafio, o da preservação, só pode ser abordada a partir da crítica dos modelos habituais, auto-absorvidos em visões estreitas e parciais.

2. A deterioração dos monumentos megalíticos

Num trabalho mais ambicioso (Carrera, 2011a) analisámos há algum tempo os processos de alteração que afectam os monumentos megalíticos com pintura parietal. As conclusões do estudo deixaram uma evidência devastadora (fig. 1): a maioria das alterações teve uma origem antrópica. Estas afectações foram mais relevantes na envolvente imediata dos sítios e nas arquitecturas, com processos de origem natural a degradarem as pinturas ou, em menor grau, as pedras utilizadas na construção.

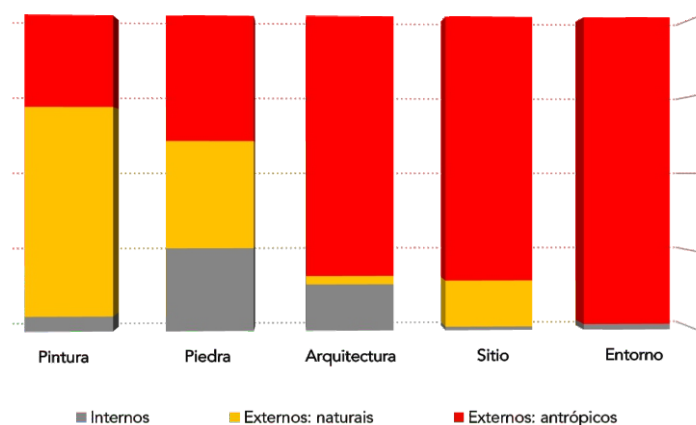


Figura 1. Percentagem de participação dos agentes de alteração no conjunto de sítios estudados.

Começando pelo mais delicado, é evidente que a pintura megalítica é um elemento de grande sensibilidade à degradação. Basta dizer que são geralmente pinturas pouco aglutinadas, muitas vezes aplicadas sobre uma camada preparatória com uma composição argilosa que aumenta a sua fragilidade. A prova desta sensibilidade é precisamente a grande degradação da pintura nos monumentos que estiveram expostos ao ar livre durante muito tempo: nada se conserva neles.

No entanto, como já dissemos, a maior parte das alterações observadas no património megalítico tiveram a ver com a ação humana indiscriminada. Em primeiro lugar, a espoliação - bem conhecida de todos - que a maior parte dos sítios sofreu há muito tempo, processos que, segundo julgamos, desapareceram atualmente. Sem pretendermos ser estatísticos, mas demonstrando a persistência das alterações antrópicas, descreveremos as observações directas realizadas entre 1997 e 2001 em relevantes monumentos megalíticos da Galiza. Durante estas visitas, observou-se uma série de agressões (tab. 1) que, em alguns casos, passariam despercebidas se não fossem as repetidas visitas, embora outras sejam - diretamente - a destruição total dos monumentos.

É muito importante notar que estas são apenas as inspecções efectuadas a um conjunto muito limitado de grandes monumentos, na tentativa de identificar vestígios de pintura megalítica. Trata-se, portanto, de uma seleção muito pouco representativa: monumentos abertos (escavados ou muito degradados), com arquitetura monumental e mais ou menos visitados pelo público em geral. Assim, as alterações observadas são de pouca relevância estatística, mas têm um significado simbólico notável, uma vez que se trata de um grupo "seleto" de monumentos megalíticos do Noroeste da Península Ibérica.

Monumento	Alteração	Ano	Grao
Pedra da Moura	Lavoura na zona mais próxima da estrada (zona SE, corredor)	1997	2
Pedra Cuberta	Fissuração lousa L1 por pressão de um pinheiro	1997	3
Arca da Piosa	Reflorestação com eucaliptos no monte	1997	3
Casota de Berdoias	Giz e batom em gravuras	1998	1
Arca da Piosa	Pintura a carvão em todos os ortostatos	1998	1
Roza das Modias	Florestação recente com eucaliptos na zona de SE da mamoa	1998	3
Anta de Chao Mazós	Florestação recente (pinheiro) da mamoa	1998	3
Chan dos Touciños 1	Ortóstatos deslocados	1998	2
Necrópolis de Lousada	Desmatamento e lavoura de 5 sepulturas megalíticas	1998	4
Coto dos Mouros	Pneu a arder dentro da câmara	1998?	3
Fornela dos Mouros	Pista próxima do local	1999	3
Roza das Modias	Giz e batom em gravuras	1999	1
Casa da Moura	Lousa C5 em movimento	1999	3
Serra das Motas X	Incêndio florestal entre 1999-2000	1999	2
Fornela dos Mouros	Deslocação da lousa de cabeceira	1999	3
Casota de Berdoias	Alargamento da estrada de acesso, asfalto a 1m da câmara	1999	3
Casa dos Mouros	Pintura a carvão sobre L2, afectando a pedra e a pintura.	1999	2
Forno dos Mouros	Aplicação de substância estranha (oleosa?), na pintura de C1	1999	3
Anta da Parxubeira	Reflorestação com eucaliptos na propriedade imediata	2000	1
Arca da Piosa	Caminho novo a 20 m. do dólmen	2000	3
Casiña da Moura	Atividade florestal intensa e imediata	2000	1
Chan de Castiñeiras 1	Queda do ortostato C1 sobre a câmara	2000	3
Anta do Meixueiro	Limpeza de relva com roçadora, sobre pintura	2000	2
Monte dos Marxos	Destruição total da câmara e do túmulo, lousas deslocadas 1 km	2000	4
Roza das Modias	Arado zona oeste da mamoa	2000	3
Pedra Cuberta	Pintada con carvão vegetal en R2	2000	2
Casa dos Mouros	Mudança de uso do solo da exploração agrícola no dolmen sw (túmulo)	2001	1
Mámoa Agro da Pena	Destruição total por bulldozer	2001	4

Tabela 1. Alterações observadas desde 1997 na série de monumentos visitados. O grau de perturbação é medido de 1 a 4 (4, muito grave).

Das alterações registadas, destacam-se as relacionadas com actividades agrícolas: a lavra total dos túmulos da necrópole de Lousada (Roupar, Lugo), e a lavra parcial do túmulo da Pedra da Moura. A reflorestação com espécies florestais parece ser bastante frequente: eucaliptos nas necrópoles de Arca da Piosa e Roza das Modias (fig. 2), ou pinheiros em Chao Mazós. Em muitos casos, foram observadas actividades não autorizadas, quer urbanísticas (estradas, vias rápidas), quer florestais, na envolvente imediata dos sítios (ex. Casa dos Mouros). Particularmente célebre foi o caso de Pedra Cuberta, em que só a denúncia jornalística conseguiu resolver a agressão provocada por alguns pinheiros sobre a estrutura megalítica. Em extremos diferentes encontram-se o abate/enraizamento descontrolado em torno de monumentos (Casiña da Moura) ou a frequência com que se encontram monumentos completamente escondidos por vegetação descontrolada, sendo talvez o exemplo mais notório a necrópole de Marco do Camballón. Este processo de abandono pode, por vezes, ser completado por um incêndio florestal, como o observado na Mámoa X Serra das Motas, que provocou danos irreversíveis nos ortóstatos pintados.

Mais frequentes são os pequenos actos de vandalismo: graffitis, pichações, fogueiras, etc., de intensidade variável e, no caso dos graffitis, de iconografia luxuriosa. Nos últimos anos temos assistido a novos graffitis em Arca da Piosa, Casa dos Mouros ou Pedra Cuberta. Embora um pouco mais antigos, há também graffitis recentes em Dombate e Axeitos. Muitos destes graffiti (com carvão) coincidem com restos de fogueiras no interior do monumento. Neste grupo, mais de carácter claramente vandálico, encontra-se a queima de um pneu no interior de uma majestosa câmara com pinturas (Coto dos Mouros). Tal como acontece com os petróglifos, no caso dos monumentos onde as gravuras são bem visíveis, os seus sulcos são preenchidos com giz e outros materiais corantes (até batom: Roza das Modias e Casota de Berdoias). Algumas manchas são particularmente graves, pois estendem-se diretamente sobre a pintura megalítica, como se pode observar no Forno dos Mouros (fig. 3).

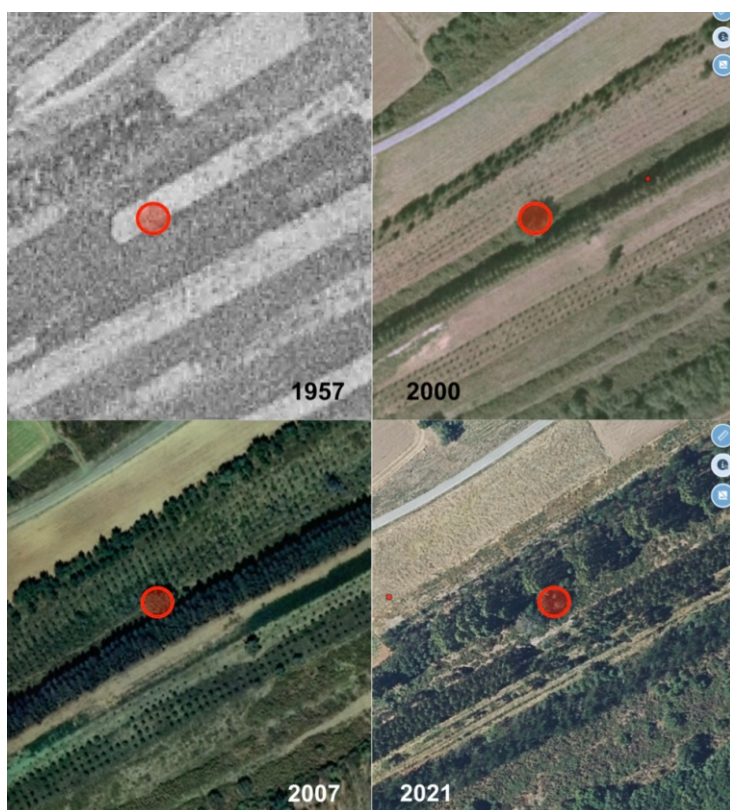


Figura 2. Ortofotografias aéreas do monumento Roza das Modias (Vilalba, Lugo). Note-se a alteração do uso do solo e, em geral, o aumento do coberto florestal.



Figura 3: Vista do ortostato C1 do Forno dos Mouros (Toques, A Coruña). Notar as manchas na pintura parietal.

Finalmente, neste curto período e geografia limitada, é de referir o desaparecimento completo de dois monumentos: Monte dos Marxos (fig. 4) e Agro da Pena. Em ambos os casos, por ações conscientes de destruição ligadas a mudanças de uso do solo por parte dos proprietários.

E, embora não esteja registado na tabela 1, poderíamos falar do aspeto objetivo (cuidado versus abandono) dos monumentos mais visitados. Este aspeto tem uma influência significativa na perceção que o público tem da importância do monumento para aqueles que são responsáveis pela sua proteção. De acordo com este aspeto, a impressão recebida é a de que a maioria dos monumentos megalíticos não tem relevância, porque todos eles – com muito poucas exceções – apresentam um aspeto substancial de abandono: vegetação, lixo, etc.

Como dissemos, se olharmos para o conjunto das observações acima assinaladas, é evidente (fig. 1) que existe uma clara disparidade entre o número de alterações e os agentes dominantes: 11% dos danos correspondem a agentes de alteração internos (derivados das próprias características do objeto), 29% a agentes naturais e 60% a agentes antrópicos. Além disso, a partir da observação do conjunto das alterações, é evidente uma diferenciação notável: há uma clara divisão entre as alterações que afectam a arte parietal (agentes naturais e internos) e as que afectam o resto dos elementos arqueológicos (arquitetura, maquia e envolvente), que são predominantemente de origem antrópica.

No que diz respeito às alterações internas, estas limitam-se quase exclusivamente às fragilidades internas da estrutura arquitectónica e das próprias pedras, geralmente relacionadas com a sua tendência para o deslocamento.



Figura 4. Vista aérea (Google Earth) da zona onde se encontrava o monumento do Monte dos Marços (Rodeiro, Pontevedra). Note-se o desaparecimento do tumulus e o repovoamento com eucaliptos.

As alterações provocadas por agentes externos de tipo natural foram concentradas em dois grupos: os factores climáticos e os factores biológicos. Este último grupo inclui as várias formas de biodeterioração, enquanto as alterações de origem climática incluem um leque mais vasto de processos: desde a ação dissolvente e abrasiva da água (na pintura, no tumulus) até aos processos de retração-dilatação do reboco.

Finalmente, como já foi referido, os agentes antrópicos estão na origem de muitas das alterações identificadas. A tabela 2 resume as principais alterações antrópicas identificadas nos monumentos onde foram efectuados diagnósticos. Da interpretação destes dados, pode concluir-se que as alterações são provocadas pelos seguintes agentes:

As alterações antrópicas identificadas nos monumentos onde foram efectuados diagnósticos. Da interpretação destes dados, pode concluir-se que as alterações são provocadas pelos seguintes agentes:

Cerca de 50% dos casos são iniciativas individuais de destruição (também vandalismo), incluindo a deflagração de incêndios. Algumas delas (remoção de lajes, etc.) não representam um risco para o futuro, enquanto outras ainda estão plenamente activas.

O 28% são acções individuais, de empresas ou de colectividades, relacionadas com interesses agrícolas: mudança de uso do solo, limpeza, reflorestação, etc., ou mesmo abandono dos sítios. E, em menor escala, outras iniciativas relacionadas com obras e vias de comunicação.

Uns surpreendentes 16% correspondem ao que entendemos como acções erradas (ou inacções) por parte das administrações ou dos técnicos: escavações não protegidas, acções de conservação incompletas, falta de manutenção e abandono, ou mesmo autorização de obras na proximidade dos sítios.

Finalmente, cerca de 6% são alterações resultantes da atividade turística.

Como se pode ver, os protagonistas são uma grande variedade de entidades que reflectem, no fundo, a profunda indiferença e desinteresse que sentem pelo património megalítico. É muito fácil de compreender: não o consideram seu património, sua herança.

Alteração	Indivíduos	Empresas	Entidade menor	Administrações e técnicos	TOTAL
Fogo	31	-	-	1	32
Vegetação superior	6	-	7	6	19
Acções de conservação	-	-	-	7	7
Trabalhos de escavação	-	-	-	13	13
Silvicultura	5	3	18	-	26
Agricultura e pecuária	27	1	-	3	31
Abandono	1	4	1	8	14
Vias de comunicação	1	1	2	9	13
Vandalismo	106	-	1	-	107
Turismo	17	-	-	-	17
TOTAL	194	9	29	47	279

Tabela 2: Número de alterações por forma e por agente (antrópico).

Embora não seja comparável do ponto de vista quantitativo, a degradação resultante da própria atividade arqueológica tem certamente um forte conteúdo exemplar e a sua persistência é inaceitável. E, no entanto, em escavações efectuadas nas últimas décadas, assistimos ao desaparecimento de pinturas por terem sido expostas à chuva após a escavação, a limpezas agressivas que eliminaram quaisquer vestígios pictóricos, ou à utilização de sistemas de documentação tão obsoletos e agressivos como o método bicromático para a documentação de gravuras. A arqueologia deve assumir a sua responsabilidade perante o sítio que escava: enquanto descobridora e, portanto, geradora de património cultural, tem a obrigação de promover as condições que garantam a sua preservação.

3. GESTIÓN DEL PATRIMONIO MEGALÍTICO

O que vimos no capítulo anterior é uma situação que, infelizmente, apenas evoluiu nas últimas décadas. E coloca-nos desafios de tal ordem que só podemos encontrar uma solução propondo uma "reinvenção" dos sistemas de gestão do património cultural. E, dada a dinâmica, para que esta revolução ocorra, os profissionais do património devem adotar uma vontade enérgica de liderar estas mudanças e, no mínimo e numa primeira fase, assumi-las como necessárias.

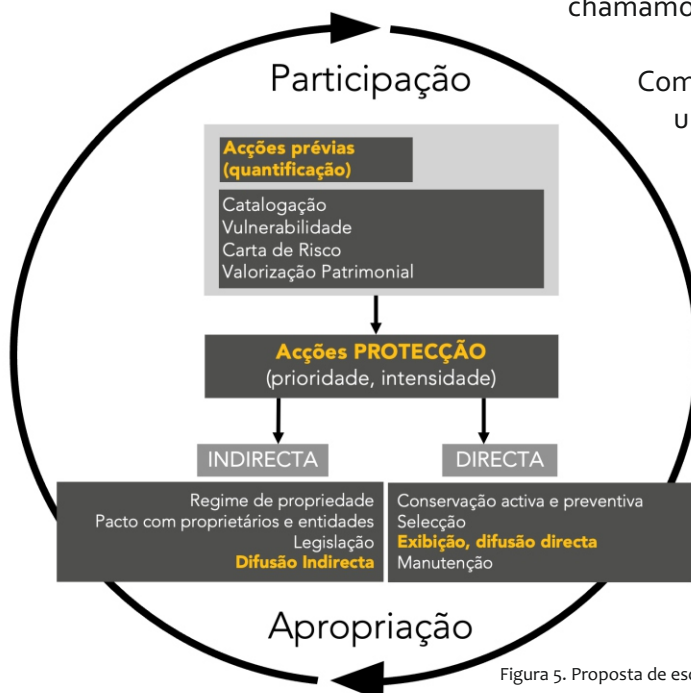
Embora a tenhamos desenvolvido mais extensamente noutros escritos (Carrera, n.p.) e seguindo as propostas de outros autores (Agnew et al., 2015), entendemos que as linhas essenciais de uma mudança de estratégia na proteção do património cultural megalítico devem incluir:

Colocar a melhoria da consciência política e cidadã no primeiro plano das prioridades de ação;

Conceber e implementar planos de gestão do património megalítico que respondam a todas as necessidades de gestão de forma integrada;

Mas tecnicamente, para aprofundar soluções de conservação inovadoras e eficazes;

E sobretudo, e isto é simultaneamente condição e efeito (sensibilização), envolver (e beneficiar) as comunidades, dando-lhes um protagonismo que atualmente não existe. É aquilo a que chamámos, noutros textos, a "democratização" da gestão.



Como é fácil de compreender, estes objectivos têm uma miríade de aspectos programáticos a abordar. E é precisamente esta complexidade que explica a nossa insistência na urgência de um planeamento exigente através de planos de gestão (Carrera e Fábregas, 2003). Estes planos devem abordar de forma integrada todos os aspectos da gestão do património: quantificação, proteção e divulgação. Mas em vez de serem entendidos como uma ação linear sucessiva, separada e desconexa, estes objectivos convencionais devem ser vistos como fases de um processo circular sem princípio nem fim, como uma série contínua de acções interrelacionadas (fig. 5).

Figura 5. Proposta de esquema para a gestão integrada do património cultural.

Nesta visão, o objetivo final seria a apropriação social, condicionando e dirigindo o resto das acções. Entende-se assim que a valorização pública do património megalítico é o objetivo último da gestão. Isto consegue-se tanto através de programas de divulgação convencionais como, sobretudo, através da participação direta dos diferentes agentes sociais no resto das acções de gestão. Neste sentido, é independente da mera publicidade, precisamente porque não é concebida como uma ação limitada à difusão do conhecimento, mas como uma premissa que permeia toda a gestão. Em suma, a gestão do património megalítico é entendida como um processo integrado (todas as acções ao mesmo tempo) e participado (todos os actores) que visa, em última instância, o seu reconhecimento e fruição pela sociedade, de modo a que seja a sociedade a dirigir ativamente a sua defesa e fruição.

Na prossecução desta ambição, consideramos urgente melhorar o planeamento da divulgação, sensibilização ou, se quisermos, apropriação, incentivando a participação dos diferentes actores sociais. Precisamos também de melhorar as metodologias de catalogação, introduzindo conceitos como a valorização do património e, claro, a vulnerabilidade e o risco. Só a partir daí poderemos renovar e melhorar os sistemas de proteção, tanto indirectos (legislação, também participativa) como directos (conservação), articulando ambos com a divulgação.

Este ambicioso projeto é o que propomos como única via possível para compreender, proteger e divulgar o património funerário e megalítico. Obviamente, utilizaremos como argumento as observações efectuadas sobre a série fechada de monumentos do noroeste da Península Ibérica que contêm arte parietal pré-histórica, o que os torna os elementos mais singulares e delicados do conjunto. No entanto, deve entender-se que o programa ideal deveria abranger todo o fenómeno megalítico/tumular, o que está muito para além das pretensões e possibilidades deste trabalho.

Os planos devem ter dois âmbitos de ação paralelos: a quantificação e a proteção; e a partir deles uma multiplicidade de sugestões de entidade e objectivos muito diferentes. Em primeiro lugar, considera-se que o trabalho inicial (quantificação) deve ser o conhecimento da entidade e do estado de conservação do conjunto a proteger, que no nosso trabalho se limita apenas a alguns monumentos megalíticos, mas que deve abranger todos eles. Este trabalho deve incluir informação tão relevante como a estimativa do valor patrimonial ou da vulnerabilidade.

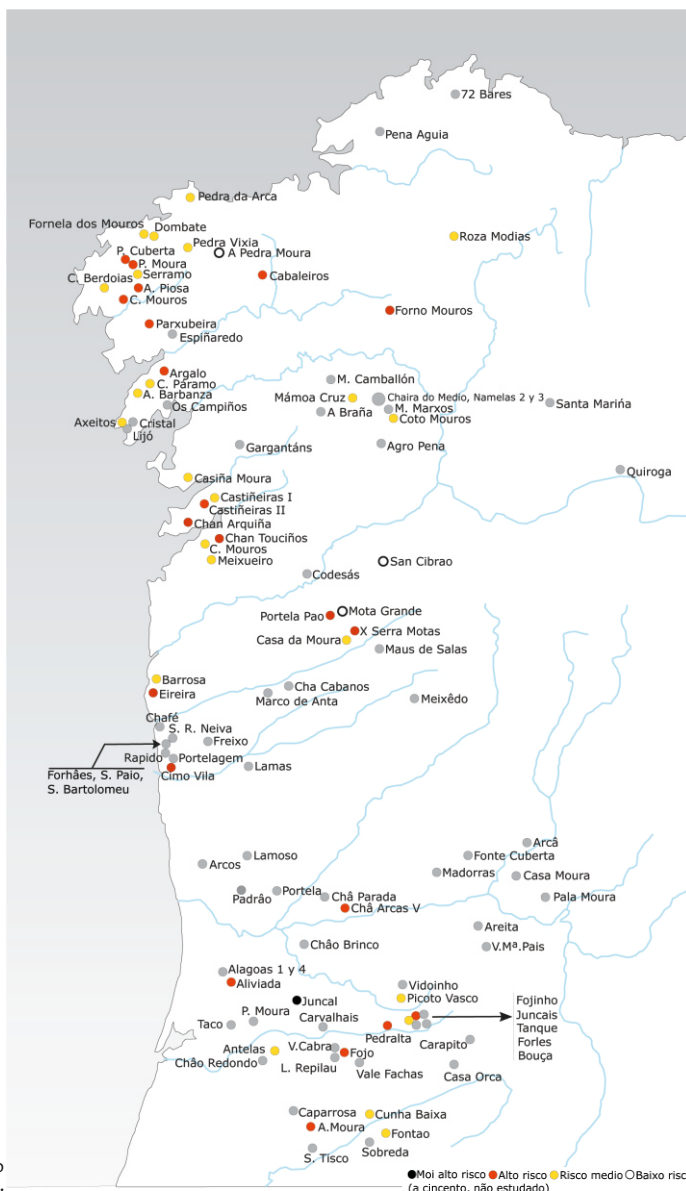


Figura 6. Mapa dos monumentos citados no texto, com indicação do risco de deterioração.

Como acaba de ser dito, as primeiras iniciativas em qualquer processo de gestão de um grande conjunto patrimonial são a sua avaliação quantitativa: a sua catalogação, evidentemente, mas também o diagnóstico do seu estado e a estimativa do risco de degradação (fig. 3). Estes elementos serão fundamentais para decidir a necessidade de acções directas de protecção para impedir o avanço de novas alterações. Assim, encontramos monumentos num nível de risco médio-alto onde devem ser estabelecidas acções preventivas urgentes. De acordo com o exposto, tais acções devem ser realizadas prontamente em sítios como Juncal, Aliviada, Portela do Pão, Coto dos Mouros, etc.

Paralelamente, é possível estabelecer o valor patrimonial de cada um dos sítios (4 é o valor máximo), fazendo a avaliação com base em quatro critérios: científico, simbólico, estético e económico. De acordo com esta análise, os monumentos mais "valiosos" são Dombate, Forno dos Mouros, Mota Grande e Coto dos Mouros na Galiza; Antelas, Arquíña da Moura e Juncal em Portugal.

Os "melhores" monumentos são considerados não só porque têm um alto valor patrimonial, mas também porque apresentam um baixo risco de alteração (alto índice de eficiência patrimonial, IEP, Carrera, 2011a: 582), e para estes recomendamos uma acção destinada a expô-los ao público. Fomos bastante restritivos nas propostas, tendo em conta a complexidade e os recursos financeiros necessários. O critério fundamental foi a protecção da arte parietal com o mínimo investimento possível. Obviamente, todas estas informações não predeterminam o futuro do sítio, que será exposto se houver vontade e financiamento suficientes.

Com o exposto, estaremos em condições de conceber e programar acções que visem a protecção deste conjunto, quer através da protecção directa dos sítios (incluindo a musealização), quer através de outras acções de carácter jurídico e legislativo. E, em relação a tudo isto, as estratégias de socialização do conhecimento e de apropriação do património. No entanto, as acções de promoção da participação devem estar intrinsecamente interligadas com as restantes. Por exemplo, as tarefas de quantificação podem muito facilmente incorporar a participação dos cidadãos.

Com tudo isto, conseguimos estabelecer quatro tipologias de acção sobre o conjunto de sítios (tab. 3). A complexidade da proposta aumenta à medida que aumenta a valorização do património:

Cobertura com sedimentos. É o tipo de acção sobre os monumentos que não vão ser expostos, os de menor valor patrimonial ou de maior risco de deterioração. Trata-se da simples cobertura com sedimentos de todo o monumento ou das partes mais sensíveis (devido à presença de arte pré-histórica). Na realidade, os monumentos permanecerão sempre parcialmente visíveis (ortostatos, mamões), pelo que esta proposta não invalida a sua participação em acções expositivas mais simples e com objectivos mais amplos (percursos culturais, etc.). Neste grupo incluem-se alguns monumentos de elevado valor patrimonial que foram encobertos devido à relevância das possíveis acções de escavação e/ou exposição necessárias (Forno dos Mouros, Coto dos Mouros, Anta de Serramo). Pertencem também a este grupo sítios relevantes com tímidas tentativas de musealização (Afife, Pedra da Arca) cujo muito mau estado de conservação recomenda uma cobertura urgente.

Ao ar livre sem obras. Este é o grupo de menor valor patrimonial entre os sítios identificados como dignos de serem mostrados. São sítios em estado de conservação muito diverso, desde alguns com tratamentos em estado aceitável até aos francamente degradados e sem elementos de arte parietal (Fornela dos Mouros) ou mesmo sem mamão (Barrosa, Casota de Berdoias). Em todos eles, os tratamentos propostos são de pouca importância, e o aumento das intervenções recomendadas nos mais destacados (Arca do Barbanza, Casa dos Mouros, Arca da Piosa)

dependerá do interesse social e administrativo. As acções são muito diversas, indo desde o abate de árvores (Arca da Piosa) ou limpeza de vegetação (Parxubeira, Casa dos Mouros), reparação de estradas (Parxubeira), tratamentos simples de estabilização (Fornela dos Mouros) até ao revestimento parcial da pintura preservada (Arca da Piosa, Casa dos Mouros, Parxubeira). Nalguns casos em que a propriedade é muito diversificada (Casa dos Mouros), a compra do terreno por uma administração pública é fortemente recomendada.

Monumento	Valor patrimonial	IEP	Monumento	Valor patrimonial	IEP
PROPOSTA: SEM EXPOSIÇÃO (reenterramento)			PROPOSTA: EXPOSIÇÃO (*reconstrução, **cuberta, o resto sem obras significativas)		
Forno dos Mouros	3,0	0,7	Antelas*	3,2	1,2
Mota Grande	3,0	6,7	Arquiña da Moura*	3,0	1,2
Coto dos Mouros	3,0	3,0	Juncais**	3,2	1,2
Tanque	2,4	0,8	Arca da Barbanza	2,6	2,0
Portela do Pau	2,4	1,7	Picoto do Vasco	2,5	3,6
Afife	2,2	0,7	Casa dos Mouros	2,5	0,9
Pedra da Moura	2,2	1,0	Arca da Pioza	2,5	0,9
Chã de Arcas	2,2	0,9	Casota do Páramo	2,4	1,8
Juncal	2,1	0,8	Barrosa	2,2	2,2
Casa da Moura	2,1	2,6	Parxubeira	2,2	0,8
Castiñeiras 2	2,1	1,9	Casota Berdoias	2,0	2,4
Fojo	2,0	1,0	Casa dos Mouros	1,8	1,6
Serra das Motas	2,0	1,0	Fontão	1,7	0,8
Mámoa da Cruz	1,9	1,9	Fornela Mouros	1,5	2,5
Casarota do Fusiño	1,9	4,7	Pedra Moura	1,2	2,0
Pedra da Arca	1,9	3,0	Axeitos	2,8	1,9
San Cibrao	1,7	5,7	Roza das Modias	2,7	1,4
Chan dos Touciños	1,7	1,5	Pedra Cuberta	2,7	1,1
Anta de Serramo	1,6	1,6	Cabaleiros	2,6	1,8
Pedralta	1,5	0,7	Meixueiro	2,5	1,0
Argalo	1,5	0,8	Chan de Arquiña	2,5	1,5
Casiña da Moura	1,4	1,7	Cunha Baixa	2,1	1,4
Pedra Vixia	1,3	2,8			
Aliviada	1,2	0,5			
Cimo de Vila	1,2	1,0			
Chan de Armada	1,1	0,6			

Tabela 3. Avaliação do valor patrimonial e proposta de ação para os monumentos estudados.

Ao ar livre com obras de construção. Trata-se de monumentos com suficiente relevância patrimonial para recomendar a sua exposição, embora seja necessário realizar algumas obras prévias de importância variável, segundo cada caso: estabilização da estrutura (Cunha Baixa, Pedra Cuberta), cobertura da pintura com sedimentos (Pedra Cuberta, Chan de Arquiña), atuação direta sobre a arte parietal (Roza das Modias, Chan de Arquiña), etc. Para além de tudo isto, na maioria dos casos, são recomendados acordos com entidades locais (vizinhos, etc.) para o cuidado e manutenção dos sítios (Axeitos, Meixueiro). É também muito comum a recomendação de uma melhor sinalização dos sítios e, frequentemente, a alteração do regime de propriedade (Roza das Modias).

Reconstrução do sítio e/ou mamoa, cobertura artificial. Embora com critérios diferentes, os dois últimos graus são acções de musealização muito marcadas sobre monumentos muito notáveis com arte parietal muito significativa. A complexidade deste tipo de projectos exige decisões que ultrapassam a análise superficial que estamos a realizar, pelo que não foram acrescentados novos sítios aos que atualmente apresentam este tipo de acções: Antelas, Arquiña da Moura, Juncais, Dombate e Chan de Castiñeiras¹.

4. A gestão (e a exposição) de um sítio escavado

As propostas apresentadas no capítulo anterior são apenas uma proposta teórica para a gestão integrada do conjunto de sítios. Na parte final do artigo, gostaríamos de refletir sobre a responsabilidade da Arqueologia na escavação e proteção de sítios megalíticos e, eventualmente, na sua apresentação ao público.

Para assegurar a conservação, no final da escavação, o profissional da Arqueologia (e a sua equipa) deve enfrentar vários desafios e, a partir daí, tomar decisões complexas. Em primeiro lugar, estabelecer a vulnerabilidade e o valor patrimonial do sítio e, com base nisso e em acordo com as autoridades, decidir sobre as acções futuras no sítio. Como indicado acima, as alternativas podem ser a exposição ou a simples cobertura do sítio, embora nas escavações de emergência (obras públicas) as decisões possam mesmo incluir a deslocação ou mesmo a destruição do sítio. De todas elas, a cobertura com sedimentos deve ser a mais frequente, porque tem como objetivo devolver o sítio a condições semelhantes às que tinha antes da escavação e que permitiram a sua conservação. Por outro lado, a exposição do sítio ao ar livre coloca sempre em risco a sua preservação e implica uma cadeia de decisões e acções complexas que exigem equipas multidisciplinares e recursos financeiros substanciais.

No caso de se propor a apresentação pública, em qualquer dos seus graus, deve entender-se que se trata de uma decisão a longo prazo que não se limita a um conjunto de acções mais ou menos imediatas. E, dadas as dificuldades, entendemos que é uma decisão que deve ser traduzida num plano de gestão de maior ou menor complexidade, com um planeamento muito exigente que deve ser ordenado em a) uma série de projectos iniciais; b) a sua execução; e c) a implementação de um sistema de gestão que permita a sustentabilidade futura de todas as acções de apresentação e conservação.

Este Plano de Gestão deve, dada a complexidade e ambições acima referidas, garantir a obtenção de condições de partida essenciais:

Acima de tudo, a viabilidade jurídica do projeto; a certeza de que existe uma infraestrutura de gestão estável;

Em relação ao que precede, a questão da propriedade dos terrenos deve ser estudada em pormenor;

A existência de fontes de financiamento estáveis e seguras;

A inexistência de factores técnicos e sociais irresolúveis. Entre estes, a falta de certas infraestruturas de base (acessos, etc.) ou a extrema sensibilidade à alteração dos vestígios, por exemplo, podem ser considerados negativos.

Em suma, a planificação do projeto deve visar uma série de objectivos (Carrera, 2011b: 426) irrenunciáveis:

Proteção. Qualquer intervenção num sítio deve garantir a preservação adequada dos vestígios arqueológicos. A exposição não deve comprometer a conservação, caso contrário é incorrecta. Para além disso, as garantias de preservação devem ser estabelecidas como consequência do próprio Plano.

Compreensão. O Plano não faz sentido se não incentivar o visitante a ter uma compreensão correcta dos elementos arqueológicos e do seu significado histórico e cultural. Neste sentido, utilizou-se o termo "musealização" para indicar as propostas especificamente destinadas a alcançar

este objetivo. Conocimiento. Para garantizar los objetivos anteriores, es necesario un conocimiento preciso del yacimiento: la difusión de conocimiento necesita, como es obvio, la previa existencia de un discurso histórico a transmitir.

A estética. O potencial estético, a monumentalidade, a capacidade de impressionar dos vestígios arqueológicos escavados são elementos significativos de um projeto de exposição. A intervenção deve protegê-los e mesmo potenciá-los, de modo a que este tipo de valores constitua uma parte importante da experiência que o público retira da visita. O cuidado com esta componente estética deve estender-se à relação sítio/ambiente e aos elementos artificiais introduzidos pelo projeto.

Embora se trate de um objetivo mais controverso e certamente de difícil concretização, consideramos, pessoalmente, que as ações devem também visar a criação de espaços de fruição e recreio públicos.

Finalmente, a intensidade habitual das ações propostas exige a disponibilidade de recursos consideráveis. Por conseguinte, o projeto deve ser financeira e socialmente sustentável. Isto significa que deve haver financiamento, mas também que deve estar integrado nas estruturas socioeconómicas da zona envolvente.

Compreende-se agora que tenhamos indicado que, independentemente da dimensão das ações, as consideramos como um Plano de Gestão, em cuja conceção e execução deve participar uma equipa técnica muito ampla.

Escavação

Como já foi referido, o arqueólogo deve assumir a responsabilidade pela proteção dos sítios que escava. No caso dos sítios megalíticos, o elemento mais comprometido será, sem dúvida, a arte parietal, mas também elementos de fácil erosão (pavimentos, perfis, mamoa, etc.). Por conseguinte, durante o processo de escavação, os técnicos encarregados das tarefas de conservação devem considerar as ações provisórias necessárias para evitar a degradação destes elementos. Assim, pode ser proposto um vasto leque de ações de conservação preventiva.

Os arqueólogos devem assumir a responsabilidade pela proteção dos sítios que escavam. No caso dos sítios megalíticos, o elemento mais comprometido será, sem dúvida, a arte parietal, mas também elementos de fácil erosão (pavimentos, perfis, mamoa, etc.). Por conseguinte, durante o processo de escavação, os técnicos encarregados das tarefas de conservação devem considerar as ações provisórias necessárias para evitar a degradação destes elementos. Como consequência, pode ser proposta uma ampla gama de ações de conservação preventiva.

Em todos os casos, deve ser rigorosamente evitada a ação direta dos agentes atmosféricos mais agressivos (chuva, vento, geada, etc.), que poderiam arruinar a arte parietal (especialmente a pintura) a muito curto prazo. Embora as medidas a tomar possam ser variadas, uma cobertura temporária será geralmente suficiente para este controlo. A falta de tal proteção levou à perda de pintura em alguns monumentos recentemente escavados. No caso de poder haver um intervalo de tempo moderado entre a escavação e outras ações de conservação ou de exposição, é aconselhável cobrir com sedimentos as áreas com arte pré-histórica.

Em relação ao que precede, pode ser urgente prever uma drenagem para evitar o alagamento na proximidade imediata da câmara. As zonas de escavação tornam-se frequentemente zonas alagadas que concentram as águas pluviais da zona envolvente, mesmo que exista uma cobertura temporária.

Esta situação deve ser evitada através de um sistema de drenagem (perimetral, central, de cobertura, etc.) concebido especificamente para o local.

Além disso, será muitas vezes importante controlar as condições climáticas (humidade e secagem), que podem provocar fissuras graves (nas pinturas de reboco), cristalização de sais ou outros processos agressivos. O técnico de conservação deve estabelecer as condições ambientais recomendadas para cada local.

Finalmente, a aplicação de produtos adesivos ou consolidantes, sempre indesejáveis, pode ser indispensável nalguns casos, o que ficará ao critério de um técnico de conservação-restauro. Além disso, e na medida do possível, devem ser adiados até ao momento da limpeza, altura em que podem ser aplicados com maior precisão.

Identificação (e documentação)

No trabalho de catalogação efectuado sobre os monumentos megalíticos da Galiza (Carrera, 1997), foi identificada pintura num bom número de sítios conhecidos desde a antiguidade. Deixando de lado uma relativa falta de atenção historiográfica, tudo o que foi dito acima indica a razoável complexidade que envolve muitas vezes a identificação da arte parietal megalítica, seja ela pintura ou gravura. Em particular, há que reconhecer a dificuldade de identificação da pintura, quer devido à escassez e fragilidade dos vestígios conservados, quer devido à possível confusão com as pátinas naturais (por exemplo, óxidos de ferro lixiviados), o que exige uma perícia e uma experiência consideráveis.

Não existem procedimentos milagrosos, mas sim riscos razoáveis de eliminação se forem tomadas decisões erradas. A primeira das sugestões exige a participação de pessoal especializado e, mais concretamente, de equipas técnicas de conservação no trabalho de campo, capazes de identificar os pigmentos, de proceder a limpezas cautelosas e, evidentemente, de tomar decisões quanto à introdução de produtos (consolidantes, solventes) que modificam irreversivelmente a composição química do conjunto.

Para evitar interferências com a fase de escavação, é aconselhável adiar os trabalhos de identificação para depois de terminada a escavação, e é essencial utilizar fontes de luz de intensidade suficiente, lupas de aumento e uma boa dose de perseverança. A fotografia digital e os programas de tratamento de imagem revelam-se essenciais tanto para a documentação como para a identificação, devendo ser utilizadas todas as técnicas que minimizem a intervenção direta sobre a arte pré-histórica.

Quando os outros métodos se revelam ineficazes, a limpeza direta torna-se indispensável, embora nesta fase deva ser limitada à utilização de sistemas mecânicos secos (escovas, punções de madeira, etc.) e com rejeição absoluta da introdução de solventes orgânicos. Por outro lado, o nível de limpeza necessário para uma simples identificação e documentação é claramente inferior ao exigido para uma exposição pública, pelo que se deve estabelecer um objetivo e um limite precisos para este tratamento: a limpeza é o mais irreversível dos tratamentos de conservação.

Caracterização e diagnóstico dos materiais

É difícil propor um esquema geral de aplicação para este grupo de trabalhos, cuja intensidade depende em grande parte dos objectivos finais definidos no projeto de intervenção arqueológica (plano de gestão). Como se compreenderá, as decisões sobre a destruição, o revestimento ou a exposição do sítio condicionarão a intensidade dos estudos de diagnóstico. No entanto, há uma série de trabalhos mínimos que terão interesse tanto para a conservação como para o conhecimento histórico puro: análise da composição dos pigmentos e dos rebocos, estudo dos suportes pétreos, datação direta, etc.

A exposição ao ar livre do sítio exporá a pintura a condições particularmente agressivas. Consequentemente, nos sítios que vão ser sujeitos a este nível de intervenção, deve ser efectuado um estudo mais detalhado dos materiais, abrangendo as suas propriedades mecânicas e hídricas: porosidade, capilaridade, propriedades mecânicas, alterações dimensionais, resistência ao gelo ou à cristalização de sais, resistência à dissolução, etc. Nestes casos, deve também ser efectuada uma estimativa dos principais agentes de alteração, o que permitirá a conceção de acções de conservação eficazes. Estas incluem um estudo macro e microclimático, estudos hidrogeológicos, estudos de biodeterioração, análise estrutural da arquitetura, composição das águas de circulação, etc. Como exemplo deste tipo de estudo exaustivo, podemos referir o realizado sobre a anta de Dombate (Bello et al., 1997), que serviu para delinear um projeto de conservação bastante exigente que veio a condicionar os modelos expositivos.

Acções pós-escavação: propostas definitivas

Como indicado nos capítulos precedentes, a valorização do património do sítio condicionará essencialmente o futuro do sítio, que se inclinará para o simples revestimento, a exposição pública ou a destruição nunca desejada (com ou sem deslocação dos vestígios). Parece claro que a exposição implicará um projeto mais complexo, mas as outras alternativas exigirão igualmente um plano de ação que a equipa técnica deverá agora elaborar. Em função deste plano, serão agora abordadas as acções definitivas de conservação, que, como já foi referido, podem implicar trabalhos de intensidade e natureza muito diferentes.

No que diz respeito à conservação, esta diversidade de situações permite imaginar a grande variedade de acções possíveis, exigindo propostas específicas adaptadas às condições e ao estado do objeto. Não nos deteremos numa longa lista de soluções e critérios, que ultrapassa largamente o âmbito deste documento. Em contrapartida, algumas ideias podem ser encontradas na bibliografia publicada (Carrera, 2011a).

O projeto de manutenção

Quer se trate de conservação ou de outras acções (musealização, etc.), tudo requer cuidados permanentes no futuro, que devem ser abordados pelo plano de manutenção (e de monitorização). Este tipo de acções, de menor intensidade mas periódicas, tornaram-se cada vez mais a chave para a proteção a longo prazo dos sítios e devem ser integradas na gestão do património arqueológico.

5. CONCLUSÕES

Nas páginas anteriores procurámos salientar a importância e a delicadeza da arte parietal que decora a maioria dos monumentos megalíticos. Quer na arte, quer no próprio monumento, é inaceitável que persistam processos de alteração tão acentuados como os observados. É, pois, indispensável desenvolver um conjunto ambicioso de acções para o conjunto do património tumular e megalítico, incluindo diferentes níveis de intervenção para assegurar a proteção de todos os sítios.

Nos sítios em que se decide realizar acções mais ambiciosas, destinadas à apresentação pública, as condições e exigências são ainda mais rigorosas, desde a própria identificação e documentação até às condições de preservação futura de todos os elementos arqueológicos.

Em ambos os casos, é indispensável a elaboração de planos de gestão, quer para o conjunto do sítio, quer para um sítio específico. E, neste contexto, a Arqueologia deve assumir a sua responsabilidade preponderante nesta tarefa, adaptando as suas metodologias de atuação de acordo com os exigentes requisitos do património megalítico.

6. BIBLIOGRAFÍA

Agnew, N., Deacon, J., Hall, N., Little, T., Sullivan, S. y Taçon, P. (2015): *Rock Art: A Cultural Treasure at Risk*. Los Angeles: Getty Conservation Institute. Disponible en: https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/rock_art_cultural.html [Consulta: 26/2/2024].

Bello Diéguez, J.M.; Carrera Ramírez, F. e Cebrián del Moral, F. (1997). El proyecto de conservación del Dolmen de Dombate. *Brigantium*, 10. pp: 393-408.

Carrera Ramírez, F. (1997). Recientes aportaciones al catálogo de dólmenes pintados de Galicia. *Brigantium*, 10. pp: 409-414.

Carrera Ramírez, F. (2011a). *El arte parietal en monumentos megalíticos del Noroeste Ibérico*. BAR International Series 2190, Oxford.

Carrera Ramírez, F. (2011b) Crónica del fracaso. Tipos y criterios de intervención en monumentos megalíticos. *La tutela del patrimonio prehistórico*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura. pp: 423-434.

Carrera Ramírez, F. (no prelo). Reflexões sobre a preservação da arte rupestre: conservação ou gestão?. En: *Il. o Côa Symposium: A gestão e conservação de sítios com Arte Rupestre*. Museu do Côa, 3 e 4 de dezembro de 2021.

Carrera Ramírez, F. & Fábregas Valcarce, R. (2002). The protection and management of the megalithic art of Galicia, Spain. *Conservation and Management of archaeological sites*, vol 6, nº 1. London. pp: 23-37.